



31 A conjuntura internacional e nacional coloca o debate de um projeto de educação vinculado a
32 um projeto de desenvolvimento soberano na ordem do dia e abre condições favoráveis a sua
33 concretização. O projeto neoliberal mostrou sua falência, recolocando a possibilidade da busca
34 de projetos alternativos e progressistas de desenvolvimento. Recoloca ainda o debate sobre o
35 papel do Estado e o seu fortalecimento como indutor de um novo projeto de desenvolvimento,
36 que privilegie o desenvolvimento econômico com garantia e fortalecimento dos direitos.

37 Neste novo panorama, o debate sobre uma ampla reforma da educação brasileira torna-se
38 estratégico. Por um lado, nenhum país consegue destacar-se no panorama internacional sem
39 investir na universalização e na qualidade da educação. Por outro, o desenvolvimento
40 alcançado pelo Brasil nestes últimos anos não se consolidará com o panorama educacional
41 atual. Será necessário colocar a educação na centralidade.

42 Nesse sentido, cabe-nos apresentar aos postulantes ao Palácio do Planalto uma plataforma
43 educacional comprometida com esse processo. Para tanto, é fundamental fazermos uma
44 avaliação dos cenários possíveis – a partir das realidades concretas que vivenciamos no
45 governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, que hoje, apesar da falência do projeto
46 neoliberal, busca a continuidade de suas políticas com a candidatura de José Serra, e no
47 governo Lula, que tem em Dilma sua representação programática de construção de novos
48 patamares de desenvolvimento social.

49 **Educação Superior**

50 O setor privado abrange 90% das Instituições de Educação Superior do País e 75% de
51 suas matrículas. Atualmente, 26% das IES encontram-se em mãos de grandes grupos de
52 investimento transnacionais, que controlam grandes grupos educacionais, em sua maioria
53 estrangeiros, que, por sua vez, exercem a gestão acadêmica das instituições – o que
54 compromete a função social da educação e da ciência, acarretando graves distorções
55 pedagógicas e danos ao trabalho docente.

56 No governo Fernando Henrique Cardoso, o setor privado beneficiou-se de políticas que lhe
57 permitiram a expansão desordenada ao sabor dos interesses financeiros e a consolidação
58 da atividade como negócio, com legislação educacional flexível a ponto de deixar grande
59 margem para manipulação pelas forças do mercado.



60 No governo Lula, particularmente desde 2004, o MEC vem intensificando as ações de
61 controle sobre esta atividade, provocando, em contrapartida, uma reação agressiva dos
62 empresários do ensino. Esta reação caracteriza-se por iniciativas como a criação, em 2008,
63 do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (também chamado
64 Fórum da Livre Iniciativa). Destaca-se ainda a articulação da Frente Parlamentar em
65 defesa da Educação Superior Privada, contando com o apoio declarado de 214 membros
66 do Congresso Nacional, presidida pelo Deputado João Mattos.

67 O tensionamento das relações entre o Estado brasileiro e os empresários do setor tem tido
68 momentos significativos, como a tentativa, em 2004/2005, de controle por parte do MEC
69 das atividades de pós-graduação lato-sensu, segmento mercantilizado em sua quase
70 totalidade.

71 Em que pesem as regras gerais estabelecidas pelo CNE/MEC e a iniciativa de retomar a
72 função de acreditação da pós-graduação lato-sensu – liberalizada na gestão Paulo Renato,
73 o MEC ainda não logrou pleno êxito neste campo. O que se vê é uma indústria de cursos
74 de pós-graduação lato-sensu, abertos e mantidos sem maior controle por parte do Estado,
75 como fonte de receita.

76 Se no âmbito da pós-graduação lato-sensu o MEC enfrenta esta dificuldade, na esfera da
77 graduação empreende significativas vitórias, com o trabalho realizado pela CONAES
78 responsável pela implementação do SINAES. O rigor na avaliação dos cursos e IES tem
79 sido intensificado, tanto na avaliação institucional como de cursos.

80 O controle e exigência de condições pedagógicas como Núcleo Docente Estruturante,
81 número de doutores e mestres, maior controle dos pólos de EAD etc. vêm acarretando um
82 contra ataque do “mercado”, que, com o apoio da Frente Parlamentar, ensaia produzir
83 medidas políticas, legais e jurídicas que protejam seus negócios do controle pelo Estado.

84 A criação da CONAP (Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do
85 Prouni), a nova lei da filantropia – reservando ao MEC o acompanhamento e a certificação
86 das filantrópicas, assim como o novo FIES indicam avanços neste campo, embora ainda
87 haja necessidade de outros.



88 Outro ponto frágil é a manutenção da Portaria 4059/2004, que permite de forma genérica
89 que 20% da carga horária dos cursos presenciais sejam oferecidas na modalidade EAD,
90 acarretando cortes no corpo docente, diminuição da carga horária e conseqüentemente da
91 remuneração, além de danos ao processo ensino-aprendizagem. De modo geral, a
92 demasiada flexibilidade e lacunas nos currículos dos cursos superiores têm favorecido o
93 empresariado do setor na afirmação da lógica de mercado.

94 O processo de mercantilização e internacionalização, que encontrou no governo FHC
95 terreno favorável, segue sem uma política que reverta esta tendência, esse fenômeno não
96 é específico de nossa sociedade, situando-se na lógica neoliberal e, na década de 2000,
97 tem seguido as tendências da OMC/GATS. Caracteriza-se pela abertura de capital, fusões
98 de IES, aquisições por grandes grupos e adoção de mecanismos empresariais de gestão.
99 A financeirização envolve muito mais do que a entrada de capital estrangeiro. Ao
100 transformarem-se em empresas com fins lucrativos e lançarem suas ações no mercado de
101 capitais, as IES subordinam suas atividades à lógica de valorização do capital financeiro.
102 Temos em atuação no Brasil alguns grupos de capital transnacional, alguns de origem
103 brasileira, mas que não diferem em métodos dos de origem estrangeira. Citando alguns
104 grupos de investimento: GP; Citibank; Apollo; Itaú; e Banco Pátria. Tais grupos controlam
105 os principais grupos educacionais, a saber: Estácio S.A.; Unip; Anhanguera; Kroton;
106 Laureate; Uninove; SEB; Universo; Anima; Uniban; IBMEC; Mauricio de Nassau; CCI;
107 Strayer; ITT; Devry etc. Destes, seis são sediados fora do país. Dos cinco maiores grupos
108 educacionais que atuam no Brasil (Estácio S.A., Unip, Anhanguera, Kroton, Laureate),
109 quatro estão nas mãos do capital financeiro. Há, segundo a Hoper Educacional, no
110 mercado 2 bilhões e meio de dólares disponíveis para novos investimentos no setor.

111 A padronização acadêmica e gerencial ocorre a partir de grandes empresas transnacionais
112 de consultoria. As duas mais atuantes no Brasil são a Hoper (sediada no Brasil e com
113 atuação transnacional) e Sungard (norte-americana). O princípio da meritocracia, implantado
114 na gestão das IES, rompe com o caráter coletivo e com o compromisso social da produção
115 científica e da formação humana. Avança sobre os mecanismos coletivos de organização
116 dos trabalhadores em educação, como critérios de qualificação e planos de carreira, a
117 serem substituídos por remuneração variável por desempenho e certificação provisória
118 pelo mercado.



119 Esta realidade, que atinge a educação superior como elemento estratégico no
120 desenvolvimento do país, não vem sendo atacada pelo Governo Federal nem pelo
121 Ministério da Educação. Apesar de cientes dos malefícios para a Nação que esta nova
122 ordenação do capital na educação traz e apesar também de toda denúncia pública, nada
123 de concreto tem sido feito. Não é possível articular a educação a um projeto de
124 desenvolvimento nacional soberano, sem barrar este percurso empreendido pelo capital
125 financeiro na educação superior.

126 **Propostas Gerais:**

127 - Lutar para que a elaboração de um novo projeto de desenvolvimento para o país coloque no
128 centro do debate a revisão das privatizações (Vale, setor energético, bancos públicos);

129 - Implementar e fortalecer o Sistema Nacional Articulado de Educação e suas estruturas
130 democráticas.

131 - Implementar a gestão democrática da educação, tanto na educação pública como na
132 educação privada.

133 - Democratizar os sistemas e as estruturas de gestão e acompanhamento da educação.

134 - Ampliar os índices de financiamento da educação pública com o percentual de 10% do PIB
135 até 2014.

136 - Ampliar de 18% para 25% a vinculação dos recursos da União para educação e de 25% para
137 30% dos recursos dos Estados e Municípios.

138 - Afirmar a Educação como bem público e direito humano fundamental, rejeitando a idéia de
139 educação como serviço/negócio.

140 - Exigir o cumprimento do piso nacional da educação, conforme aprovado na CONAE;

141 - Piso Salarial de cargos e salários para todos os setores da educação

142 - Regulamentação do artigo 25 da LDB (aluno/professor (a)) conforme deliberação da CONAE

143 - Erradicação em 4 anos do analfabetismo.



- 144 - Defender o Projeto de Lei nº 122/2006 que torna crime e discriminação por orientação
145 sexual e identidade de Gênero nas escolas;
- 146 - Defender uma Campanha de saúde e condições de trabalho para os profissionais da
147 EDUCAÇÃO
- 148 - Construir um debate sobre ENEM x SISU;
- 149 - Lutar pela implementação dos Fóruns Nacional e estaduais de Educação;
- 150 - Reforçar a luta para implantação dos planos de carreiras dos professores e auxiliares;
- 151 - Lutar contra a implantação do ensino através do sistema de cooperativismo;
- 152 - Regulamentação do Ensino Privado;
- 153
- 154 **Propostas para Educação Superior:**
- 155 - Imediata regulação e regulamentação que impeça as IES de abrirem o capital no mercado
156 financeiro.
- 157 - Controle rigoroso da destinação do patrimônio das IES que renunciam à condição de
158 filantropia para fazerem IPO (Oferta pública de ações).
- 159 - Revogação da Portaria 4059/2004 (20% de Ead no ensino presencial).
- 160 - Restrição e qualificação da EAD, dado que, ao contrário do que é apregoado como
161 justificativa, a EAD não tem a função social de interiorização. O mapa da EAD no Brasil
162 demonstra que sua área de abrangência é litorânea e nas grandes capitais.
- 163 - Reforçar o papel do MEC, INEP, CONAES/SINAES e CAPES.
- 164 - Controle, regulamentação mais rigorosa e acompanhamento, com retorno da exigência de
165 autorização prévia para a pós-graduação lato sensu.
- 166 - Controle pelo MEC das universidades corporativas, hoje a cargo do MDIC.



- 167 - Intensificação da fiscalização do cumprimento da LDB e dispositivos complementares,
168 especialmente os art. 52 e 53, no tocante ao regime de trabalho, gestão colegiada nas
169 universidades e centros universitários e as condições de realização da pesquisa
170 institucionalizada.
- 171 - Recuperação da função social da pesquisa e do papel do Estado como único ente capaz de
172 financiar projetos de interesse não mercantil.
- 173 - Estímulo aos cursos superiores plenos (bacharelados, licenciaturas).
- 174 - Fortalecimento e ampliação das vagas nos IFETEs, estimulando a educação tecnológica no
175 ensino médio e a produção de conhecimentos nos mestrados e doutorados tecnológicos.
- 176 - Ampliação das vagas na educação superior pública. Esta ampliação deve manter e fortalecer
177 a qualidade do ensino pesquisa e extensão.
- 178 - Estímulo aos Mestrados e Doutorados Acadêmicos.
- 179 - Fortalecer o sistema de avaliação e regulação da educação superior como instrumento do
180 Estado e controle social da educação.
- 181 - Controle efetivo do MEC sobre os “Planos de Carreira” dos Docentes e Técnicos
182 administrativos, que deverão ser negociados com as entidades sindicais representativas, antes
183 do arquivamento no Ministério do Trabalho e Emprego, como requisito formal para autorização
184 e/ou renovação de cursos de graduação.
- 185 - Garantir a qualidade e integralidade dos conteúdos programáticos e matrizes curriculares dos
186 cursos na Educação Superior.
- 187 **EaD**
- 188 - Extinção da Portaria 4059/2004 (20% de EaD no ensino presencial).
- 189 - Regulamentação dos direitos de imagem e da propriedade intelectual.
- 190 - Elaboração de regras claras no tocante as relações trabalhistas dos profissionais de
191 educação que atuam em programas de EaD.



- 192 - A EaD só pode ser ministrada por professores.
- 193 - O atendimento aos alunos deverá ser, obrigatoriamente, no ambiente da instituição ofertante.
194 Os equipamentos de multimídia utilizados pelos docentes na execução de planos de trabalho,
195 devidamente sintonizados com o plano pedagógico da instituição, deverão ser por ela
196 disponibilizados.
- 197 - Para contratação de professores na modalidade em EaD, as instituições de ensino devem
198 obedecer à convenção coletiva e trabalho da categoria dos professores.
- 199 - Professor (a) em EaD será contratado em regime de 40 (quarenta) horas semanais de
200 trabalho, sendo que o atendimento via on line não ultrapasse 20 (vinte) horas semanais,
201 ficando o restante do tempo para preparação de aulas e atendimento presencial.
- 202 - Os professores que atuam na EaD bem como, os professores tutores em disciplinas virtuais,
203 na mesma instituição e nos respectivos pólos, terão direito a férias e recesso escolar conforme
204 prevê a CCT da categoria.

205 **Educação básica:**

206 A mudança constitucional que tornou obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos tem por um
207 lado o aspecto positivo da busca de universalização da educação, mas por outro lado não
208 encontra nos Estados e Municípios condições de atender a demanda que se apresentará
209 em virtude dessa nova obrigação legal. Tal realidade dará um novo fôlego ao setor privado,
210 que certamente se reestruturará, numa etapa, principalmente o ensino médio, que nos
211 últimos anos vinha encontrando dificuldades de manutenção. De outra parte, a educação
212 infantil também terá uma expansão no setor, seja nas escolas específicas, seja na
213 educação regular. Certamente, isso significará um novo processo de precarização das
214 condições de trabalho, haja vista que a ampliação deverá ocorrer pela via da ampliação do
215 número de estudantes por turma, com pouco investimento estrutural. A mudança
216 constitucional para se tornar de fato uma vitória na conquista de direitos deve ser
217 viabilizada como uma tarefa do Estado com fortalecimento da educação pública e gratuita.

218 O Brasil necessita de uma ampla reforma da educação média. Hoje o ensino médio em
219 nosso País não cumpre nem o papel propedêutico e muito menos profissionalizante. A



220 educação média apenas tem servido como condição de ascensão à educação superior.
221 Um país que pretende se desenvolver tem que tornar a educação média um instrumento de
222 formação plena e de qualidade para seus jovens.

223 A inclusão dos trabalhadores do setor privado nas deliberações gerais da CONAE
224 possibilita ampliarmos nossas reivindicações no que diz respeito à valorização profissional
225 e qualificação. É necessário, portanto, reafirmarmos nossa posição contrária aos
226 conveniamentos entre prefeituras e escolas de educação infantil.

227 Reafirmando nossa posição favorável à limitação de alunos por turma; ao financiamento do
228 aprimoramento profissional; ao investimento na saúde do trabalhador em educação; à
229 construção de piso e carreira nacional; e à ampliação da gestão democrática,
230 principalmente no que diz respeito aos Conselhos de educação.

231 Não há dúvida de que vários foram os avanços no Governo Lula, seja na ampliação e
232 fortalecimento da educação pública, seja na supervisão da educação privada. Porém
233 muitas propostas encontraram resistência de um parlamento conservador que tem entre
234 seus membros fortes defensores do empresariado do setor educacional. Portanto, é
235 fundamental que nos posicionemos em favor da plataforma que melhor dialogue com
236 nossas posições e que apoiemos os (as) candidatos (as) – aos cargos executivos
237 estaduais e nacionais e também às casas legislativas – comprometidos (as) com esse
238 conjunto de propostas.

239 Numa disputa polarizada, como a que hoje se apresenta no Brasil, devemos deixar clara
240 nossa posição contrária a implementação de políticas neoliberais e devemos buscar
241 avançar a partir das conquistas realizadas no último período.